

UM SOLAR PORTUGUÊS

É assim que se anuncia a Casa da Quinta de S. Lourenço no “site” promocional que os proprietários construíram para divulgar o empreendimento de Turismo de Habitação que aqui tão competentemente desenvolveram e mantêm.

Esta casa, situada na aldeia de S. Lourenço do Bairro, a 5 km da Anadia, foi edificada nos finais do séc. XVIII e, diz-se, terá pertencido inicialmente a António Feliciano de Castilho, tendo sido depois adquirida pelo Visconde de Seabra. Actualmente pertence à Família de Lígia Mexia Leitão, cujo avô a terá adquirido ao mencionado Visconde.

É uma Quinta de produção onde se faz um belíssimo vinho, característico da região da Bairrada em que está inserida. A componente turística existe desde 1989 e complementa a agrícola, oferecendo-se 6 quartos com casa de banho privativa e um apartamento T1. Os hóspedes podem igualmente usufruir de salas diversas, biblioteca, jardins, piscina, locais para eventos, capela e outros. É um local muito aprazível, onde nos podemos reconciliar com o campo, com os ritmos da Terra, como contraponto à vida mais agitada da cidade.

Mas o meu conhecimento desta Casa não é o do turista ocasional mas sim o do arquitecto que, no início do projecto turístico dos proprietários, nos finais dos anos 80 do Séc. que passou, participou na sua renovação e ampliação, tendo então concebido as áreas afectas ao turismo no edifício existente e à ampliação com o corpo da casa que inclui o alpendre coberto e “fecha” o pátio de entrada.

Foi um projecto muito interessante que, depois, a Lígia Mexia Leitão completou na decoração e desenvolveu com um gosto irrepreensível. Na época, estes projectos de Turismo de Habitação eram ainda raros e os respectivos programas de financiamento da Direcção Geral de Turismo estavam ainda no início. Recordo, aliás, o 1º. Contacto que tive com os Serviços desta instituição, para avaliar dos parâmetros e regras a levar em consideração no projecto. A Senhora com quem então falei (e que recordo sempre com admiração) – Laura Ashman (não confundir com a Ashley das famosas lojas de decoração) – deixou escapar uma expressão de apreensão quando lhe disse que ali estava na qualidade de arquitecto encarregue de elaborar o projecto: “Arquitecto? – Ai Jesus!” Assim! Tal e qual. Perguntei-lhe qual a razão do susto e, depois de lhe mostrar o que pretendia fazer, isto é, depois de lhe demonstrar que a alteração e a ampliação propostas seguiam o modelo tipológico, ou “de estilo” do edifício original – para usar uma expressão talvez menos rigorosa -, então aí, pareceu-me ter ficado mais tranquila, e o projecto foi aprovado, a obra fez-se e, segundo me é dado saber, tem sido bem apreciada.

É curioso este episódio. Até pelo insólito ou pela raridade. Sim, porque o que é habitual, ainda hoje, no contacto com as “superiores autoridades” das instituições do Estado que decidem nestas matérias, é ouvirmos precisamente o contrário. A utilização dos modelos arquitectónicos, “dos estilos”, da linguagem (como quiserem) do edifício original no seu restauro, renovação ou ampliação, continua a ser mal vista no nosso País. Ao contrário do que se passa em muitos outros, tidos habitualmente por mais desenvolvidos (culturalmente falando) - pelo menos naqueles em que as respectivas populações têm um nível de instrução mais elevado

e hábitos de participação cívica efectiva e não “teórica”. Aqui, e ao abrigo de conceitos completamente ultrapassados (Carta de Veneza, por ex.), continua-se a fomentar a “colagem” de objectos estranhos aos edifícios antigos, dando-se estranhamente a primazia à intervenção “nova” e não ao objecto do restauro, mesmo que seja classificado, isto é: É mais importante a suposta intervenção ou “invenção” do arquitecto que procura “pôr-se em bicos dos pés”, do que o monumento – com tudo aquilo que simboliza e motivou a sua classificação. E depois, o que é mais desastroso ainda, esta “moda” generalizou-se, institucionalizou-se, tornou-se “lei”.

A excepção a esta “lei” só é oficialmente bem aceite quando se trate do restauro de um edifício modernista. Aí, ai de quem queira alterar seja o que for. Bom, mas ainda bem! Pelo menos preservamos bem esta parte da nossa herança ou património construído.

Este aspecto é particularmente preocupante se pensarmos que nas nossas escolas de arquitectura, salvo raras excepções, não se ensina outra coisa e que não há jovem arquitecto/a que não queira “pôr-se em bicos de pés”, sacrificando, se preciso for, um qualquer monumento – seja ele um objecto, um edifício ou um sítio.

Sim, porque as obras deste tipo que resultam bem – que também as há – são raras, como o génio, aliás. Nem todos são Fernando Távora ou Edouardo Souto de Moura. E depois, é a proliferação de objectos estranhos de colagens de mau gosto.

Será que é assim tão difícil compreender e aceitar que o que as pessoas desejam, verdadeiramente, é preservar a memória das coisas e que, sem esta, não há progresso possível?

Aqui há dias ouvi alguém citar David Mourão Ferreira, a propósito destas coisas da Tradição, com a seguinte frase: “Não há Tradição que resista à falta de Inovação”. Isto, diz tudo. Mas também é verdade o inverso, isto é: que não há inovação que resista à falta de Tradição.

Esta é uma lição da História recente que exemplos como os da Casa da Quinta de S. Lourenço e, felizmente, muitos outros, vão demonstrando e que o Tempo - aspecto incontornável na afirmação da qualidade das edificações - vem provar serem os mais acertados.

José Baganha